



Processo administrativo de nº 000043/2021

## Parecer Jurídico

Assunto: Contratação de fornecimento de porta de vidro. Dispensa de licitação. Simplicidade na contratação. Princípio da economicidade. Valor do contrato. Possibilidade.

### 1. Relatório

Versam os autos sobre a possibilidade de contratação de empresa para o fornecimento e instalação de uma porta em vidro temperado, com espessura de 10mm e com dimensões de 93cm de largura e 214cm de altura, destinada para a entrada do plenário da Câmara Municipal de São José do Divino (PI).

O processo administrativo fora encaminhado pela Comissão Permanente de Licitação da casa legislativa à assessoria jurídica, para a elaboração de parecer jurídico.

É o sucinto relatório.

### 2. Fundamentação

Como regra, para a administração pública contratar serviços ou adquirir bens, encontra-se obrigada a realizar prévio processo licitatório, por obrigação prevista no inciso XXI, artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e do artigo 2º da lei nº 8.666/93.

Essa obrigatoriedade de licitar funda-se em dois aspectos basilares, cujo primeiro é o de estabelecer um tratamento igualitário entre os interessados em contratar, como forma de realização do princípio da impessoalidade, da isonomia e da moralidade e, segundo, revela-se no propósito do poder público de alcançar a proposta que lhe seja mais vantajosa.

Todavia, existem certos casos em que o gestor público, embora podendo realizar o processo licitatório, em virtude da existência de determinadas situações, poderá dispensar a realização do certame (discricionariedade), como são os casos previstos no artigo 24 da lei nº 8.666/93, que são as hipóteses denominadas de licitação dispensável. Noutros casos, o administrador se encontrará diante de situações, ora materiais, ora jurídicas, que o impossibilitarão de realizar a licitação, como nos casos previstos no artigo 25 da lei nº 8.666/93, que são as hipóteses de inexigibilidade de licitação.

As hipóteses de dispensa de licitação estão previstas no artigo 24 da lei de licitações, citando, especialmente, os casos de dispensa para contratação de serviços e compras em razão do pequeno valor, previsto no inciso II:

Art. 24. É dispensável a licitação: (Vide Lei nº 12.188, de 2.010)  
Vigência

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que



ESTADO DO PIAUÍ  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO**

CNPJ nº 02.940.265/0001-03

www.saojosedodivino.pi.leg.br

possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

[...]

O inciso II do artigo 24 da lei de licitações remete ao valor da dispensa de licitação de serviços e compras para a alínea a do inciso II do artigo 23 do mesmo diploma legal, a seguir citado:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

[...]

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) (Vide Decreto nº 9.412, de 2018) (Vigência)

a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) (Vide Decreto nº 9.412, de 2018) (Vigência)

[...]

Ocorre que, o valor presente na alínea a do inciso II do artigo 23 fora atualizado pelo Decreto de nº 9.412/2018, constando a referência para o cálculo da dispensa de licitação de serviços e compras na alínea a do inciso II do artigo 1º do decreto citado. Transcreve-se, a seguir:

Decreto de nº 9.412, de 18 de junho de 2018

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

[...]

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

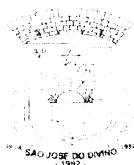
[...]

Assim, a dispensa de licitação prevista no inciso II do artigo 24 da lei nº 8.666/93 possui o valor máximo de até R\$ 17.600,00, por representar 10% do atual valor da modalidade convite (R\$ 176.000,00).

No que interessa ao caso sob análise, em decorrência do inciso II do artigo 24 da lei de licitações, procede-se a contratação para a compra por dispensa de licitação, desde que haja observância ao limite máximo estabelecido pelo diploma legal.

Nesses casos, a dispensa de licitação observa o princípio constitucional da economicidade, o que deve nortear todos os atos administrativos. Importa ainda destacar que, no caso previsto no inciso II do artigo 24 da lei de licitações, não há a necessidade de justificação detalhada, visto que para essa situação o critério aplicado é o valor máximo a ser contratado. Assim, a verificação da legalidade do procedimento administrativo torna-se mais simples e objetiva, dependendo tão somente o enquadramento do valor do contrato na faixa autorizada para a dispensa do certame, como leciona José dos Santos Carvalho Filho (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris. 2011, p. 231).

Ainda sobre a dispensa de licitação, cita-se a lição de Ronny Charles Lopes de Torres:



ESTADO DO PIAUÍ  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO**

CNPJ nº 02.940.265/0001-03

www.saojosedodivino.pi.leg.br

“5. Dispensas de pequeno valor (inciso I e II). É importante lembrar que não é permitido o fracionamento da contratação, para sua utilização. Nesse sentido, o TCU determinou a certa entidade que evitasse a fragmentação de despesas, caracterizada por aquisições frequentes dos mesmos produtos ou realização sistemática de serviços da mesma natureza em processos distintos, cujos valores globais excedessem o limite previsto para dispensa de licitação a que se referem os incisos I e II, art. 24 da Lei nº 8.666/1993, atentando também ao fato de que o planejamento do exercício deve observar o princípio da anualidade do orçamento, conforme art. 2º, ‘caput’, da lei nº 4.320/1964 (TCU – Acórdão nº 2.011/2008 – 2ª Câmara).” (TORRES, Ronny Charles Lopes de. Licitações Públicas. Lei nº 8.666/93. Dicas para realização de provas de concursos artigo por artigo. 2. ed. ampl. rev. e atual. Salvador: Ed. Jus Podivm. 2010. p. 88).

Superada essa discussão da dispensa de licitação, da análise do termo de referência, constata-se a específica delimitação do objeto, versando ainda o detalhamento na justificativa da contratação de empresa para o fornecimento e instalação de porta em vidro temperado, exigindo ainda a documentação para habilitação prevista na lei de licitações, bem como a minuta do contrato com as cláusulas contratuais necessárias aos contratos administrativos.

Por fim, infere-se a legalidade da dispensa de licitação para a contratação da compra, desde que atendido os requisitos exigidos nos dispositivos legais constantes na lei nº 8.666/93, especialmente quanto ao limite do valor máximo de até R\$ 17.600,00.

### 3. Parecer

Diante do exposto, opina-se pela legalidade da contratação de empresa para o fornecimento e instalação de uma porta em vidro temperado, tal como consta no termo de referência, com contratação direta, por dispensa de licitação, fundamentada no inciso II do artigo 24 da lei nº 8.666/93, mediante a observância dos demais dispositivos da lei de licitações e, especialmente, quanto ao limite do valor máximo de até R\$ 17.600,00.

Opina-se, ainda, pela regularidade do termo de referência e da minuta do contrato, elaborados pela Comissão Permanente de Licitação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

São José do Divino (PI), 28 de janeiro de 2021.

**PABLO EDIRMANDO  
SANTOS  
NORMANDO**

Assinado digitalmente por PABLO EDIRMANDO SANTOS  
NORMANDO  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autenticado por AR  
CERTSIGN OAB, OU=Assinatura Tipo A3, OU=0009567196,  
OU=ADVOGADO, CN=PABLO EDIRMANDO SANTOS  
NORMANDO, E=pnormando@gmail.com  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2021.01.28 19:00:34-03'00'  
Foxit Reader Versão: 10.1.1

Pablo Edirmando Santos Normando  
OAB/PI nº 7920



ESTADO DO PIAUÍ  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO**  
CNPJ: 02.940.265/0001-03  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

---

**Dispensa N°003/2021**

**Proc. Adm. N°000043/2021**

**Objeto:** Aquisição de uma porta em vidro temperado 10mm, nas seguintes dimensões (L x A) 93cm x 214cm para entrada do plenário da câmara municipal de São José do Divino.

## **PARECER TÉCNICO CPL**

### **I. DO RELATÓRIO**

Trata-se de Parecer concernente à Aquisição de uma porta em vidro temperado 10mm, nas seguintes dimensões (L x A) 93cm x 214cm para entrada do plenário da câmara municipal de São José do Divino.

### **II. DA NECESSIDADE DO OBJETO**

A aquisição se julga necessária tendo em vista a necessidade implementação de melhorias no acesso e permanência no Plenário da Câmara Municipal, sobretudo, pela condição de climatização e conforto durante a ocorrência de reuniões do Poder Legislativo.

### **III. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Essa comissão destaca, com base na proposta emitida pelo prestador de serviço, que o presente processo se amolda ao permissivo legal de contratação direta por Dispensa de Licitação, com fundamento no Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, tendo em vista indicação do saldo orçamentário com a devida rubrica emitido pelo setor responsável.

### **IV. DA PROPOSTA DE PREÇOS E JULGAMENTO**

Preliminarmente, destacamos que a empresa ANDREA DA SILVA GOMES 05445677303, inscrito no CNPJ nº 37.001.695/0001-36, cumpriu o disposto na cláusula 8.4 do termo de referência 005/2021, tendo apresentado a documentação hábil a contento, conforme exigido pelo Termo de Referência, no que concerne à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista.

Tendo em vista o imperativo do inciso III, do parágrafo único, do Art. 26, da Lei 8.666/93, que assevera que o processo será instruído com a justificativa do preço, essa administração passou a buscar empresas habilitadas que exercem ramo de atividade empresarial compatível com o objeto pretendido. Após incessantes buscas no mercado local conclui se, que a uma grande limitação no mesmo tendo em vista o serviço pretendido, sendo possível a aferição de apenas uma proposta.



ESTADO DO PIAUÍ  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO**  
CNPJ: 02.940.265/0001-03  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

---

**V. DO PARECER**

Isto posto, considerando parecer jurídico favorável ao termo de referência, considerando que esta contratação em específico se amolda ao permissivo de contratação direta, com fundamento no Art. 24, inciso II da lei 8666/93, e que a empresa cumpriu o disposto na cláusula 8.4 do termo de referência, tendo apresentado a documentação hábil a contento, no que concerne à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista; considerando ainda o atesto de dotação orçamentária emitida pela Assessoria Contábil, nos termos do inciso II, art. 167 da CF/88 e Lei 101/2000, bem como declaração de adequação orçamentária emitida pelo Gabinete da Câmara, nos termos do art. 7º, § 2º, inc. III, e art. 14 da Lei Federal nº 8.666/1993, Vem esta Comissão nos termos da Portaria nº 001/2021, de 07 de Janeiro de 2021, apresentar Parecer favorável à contratação da empresa **ANDREA DA SILVA GOMES 05445677303**, inscrito no CNPJ nº 37.001.695/0001-36, com sede a Av. cel. Pedro de Brito nº847, Bairro centro, CEP 64.240-000, Piracuruca – PI, para fornecimento de uma porta em vidro temperado 10mm, nas seguintes dimensões (L x A) 93cm x 214cm para entrada do plenário da câmara municipal de São José do Divino .

São José do Divino (PI), 16 de fevereiro de 2021.

  
**ANTONIO DE SOUSA MACHADO**

Presidente CPL

  
**JOEL FERNANDES LIMA**

Membro secretário

  
**JOELMA GOMES BRITO**

Membro